

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e treze, pelas nove horas e vinte minutos, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paço e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, verificando-se as ausências dos Senhores Deputados Adriano Augusto Andrade, e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilares da Vilariça, José Alberto Vilares Reis.

----- Foi dada posse à Deputada Municipal Iolanda Cristina Barros Neves. -----

----- Voltaram a verificar-se as ausências dos eleitos, Senhores Amadeu Alberto Salgueiro e José Alberto Ferradosa Saldanha, à semelhança do ato da tomada de posse. -----

----- Não justificaram a falta no prazo legalmente estabelecido, o Senhor Deputado Municipal Adriano Augusto Andrade, os eleitos Senhores Amadeu Alberto Salgueiro e José Alberto Ferradosa Saldanha e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilares da Vilariça, José Alberto Vilares Reis. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Deputado Luís Terêncio sobre o motivo da ausência dos eleitos José Saldanha e Amadeu Salgueiro, uma vez que ainda não tomaram posse como Deputados Municipais, sugerindo-lhe que telefonasse para eles a perguntar, o motivo da ausência, tendo o Senhor Deputado Luís Terêncio respondido que não faria esse contato. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou os Deputados Municipais que os referidos eleitos Senhores José Saldanha e Amadeu Salgueiro, poderiam incorrer na renúncia do seu mandato e serem substituídos. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e sugeriu que a correspondência recebida fosse enviada atempadamente via e-mail a todos os membros da Assembleia Municipal para conhecimento. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa concordou com a proposta da Senhora Presidente da Câmara pelo que referiu que após receber a correspondência, esta seria imediatamente reportada a todos os membros. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que se encontrava presente a ata da quarta sessão ordinária, realizada no passado dia catorze de setembro de dois mil e treze, para ser submetida a aprovação. -----

----- O Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Iniciou a sua intervenção referindo que na página seis da referida ata não consta uma intervenção sua e a consequente troca de palavras, entre si e o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes. A troca de palavras não foi tida em conta para a elaboração da ata, mas foi tida em conta a chamada de atenção efetuada pelo Senhor Presidente da Mesa, sugerindo de seguida que, dada a desconformidade, a ata seja sujeita a algumas alterações. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa respondeu que não se recorda do que foi dito, referindo que quando a ata lhe foi enviada para análise, apenas alterou a expressão “gincana” para “chicana”, uma vez que foi uma expressão por si usada na sua intervenção e que o Senhor Funcionário responsável pela gravação dos CD’s, transmitiu-lhe, no final da sessão que algumas partes dos CD’s estariam queimadas. Disse, ainda, que a mesa não se oporia, caso o Deputado Luís Terêncio quisesse que as palavras proferidas estivessem em ata, aconselhando-o ainda a dirigir-se à Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos para ouvir o CD em questão. -----

----- Continuou a sua intervenção e disse que não estava nenhum trabalhador da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos presentes na sessão da Assembleia Municipal, pelo que solicitou à trabalhadora Helena Castilho que tomasse nota do pedido e que fizesse chegar à Secção a intenção do Deputado Luís Terêncio de ouvir o CD em questão e dizer qual o texto que quer ver reproduzido em ata. -----

----- O Senhor Deputado Senhor Diamantino Mário Lopes usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção respondendo ao Deputado Luís Terêncio dizendo que estava de acordo com o seu pedido, e que se o CD estivesse danificado, ele poderia repetir novamente todas as palavras que foram referidas. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e disse que não queria impor nenhum entrave, nem a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para aprovação de uma ata, sugerindo apenas que ficasse registado que a ata em causa vai sofrer alterações, nomeadamente no teor das duas intervenções referenciadas, e que depois carecia da junção dessas alterações para a composição da ata no seu todo. Disse, depois, que iriam aprovar a ata compreendendo as palavras do Senhor Presidente da Mesa, mas que fique registado que a ata irá sofrer as devidas alterações. -----

----- O Senhor Presidente da mesa usou a palavra e sugeriu aos Deputados Municipais que a votação continue e que as alterações à ata sejam reportadas para conhecimento da Assembleia Municipal e que fiquem a constar em aditamento essas alterações. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a Ata da quarta sessão ordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e três Deputados presentes com dez votos a favor, dois votos contra dos Deputados Municipais Luís Miguel Teixeira Terêncio e Iolanda Cristina Barros Neves e onze abstenções dos Deputados Municipais Susana Filipa Penarroiias Pimenta Guerra, uma vez que não esteve presente na sessão da Assembleia Municipal; Maria Manuel Rocha Cunha Silva, António José da Rocha Pacheco, Orlando Alberto Morais Borges e dos Presidentes das Juntas de Freguesia Carlos Manuel Oliveira Pousado, Horácio Alberto Pinto, Pedro Miguel Camelo Morgado, Virgílio Alberto Vaz Amaro, Ana Maria Ribeiro Pereira, Ricardo Jorge Outor Pimentel e José Joaquim Martins, por não serem membros da Assembleia quando se realizou a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período. -----

----- O Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e alertou o Senhor Presidente da Mesa sobre o atraso no envio da correspondência aos Deputados Municipais, principalmente quando a ordem de trabalho é muito extensa e onde se encontra agendado um documento muito importante e técnico, como é o caso do Orçamento do Município. Chamou, à atenção, para a forma de votação dos pontos da ordem de trabalhos decorrentes das reuniões da Câmara Municipal, pois continuam a ter indicações que são aprovados por “unanimidade” ou “maioria”, e continua a faltar a indicação dos nomes de quem vota nos resumos das deliberações que constam dos documentos enviados à Assembleia Municipal. -----

----- Continuou a sua intervenção e questionou o Executivo sobre a alienação do Hotel & SPA de Alfândega da Fé, uma vez que as únicas notícias de que tem tido conhecimento são aquelas que saem na comunicação social. -----

----- Disse, ainda, que lhes foi enviada a documentação pedida relativamente ao pavilhão da “Mecapisa”, contudo essa informação é metade da informação solicitada, uma vez que falta no documento o valor que o Executivo assumiu perante a empresa, aquando da venda, para a realização de obras, ou seja, o que querem saber é quanto o Executivo gastou no arranjo do espaço envolvente do pavilhão. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que não percebe o motivo do atraso no envio da documentação, uma vez que todos os membros da Assembleia Municipal têm correio eletrónico. Pediu ainda, à trabalhadora Helena Castilho, que fizesse chegar esta preocupação à Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, uma vez que ela faz a ligação entre a Assembleia Municipal e a Secção. Relativamente à falta da indicação dos nomes de quem vota nos resumos das deliberações das Reuniões de Câmara, disse que já fizeram chegar essa preocupação ao Senhor Carlos Parada, que referiu que quando as deliberações são tomadas por unanimidade, tal não se justifica e que quando as deliberações são tomadas por maioria, são identificados os membros que se abstêm ou votam contra. Disse, ainda, que todas as atas das Reuniões de Câmara constam no “site” do Município, acrescentando que caso o Senhor Presidente da Mesa não se oponha, as atas das Reuniões de Câmara poderão ser enviadas também para os membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida a Senhora Presidente da Câmara informou os Deputados que recentemente o Município de Alfândega da Fé ficou em 2º lugar a nível de transparência, de entre todos os 308 Municípios portugueses, devido a documentação exposta no seu “site”. Esta distinção foi atribuída por uma ONG (Organização Não Governamental) internacional, que se dedica ao estudo do índice de transparência nas organizações. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo que a empresa AlfândegaTur está prestes a ser vendida aos vencedores do concurso, e que os responsáveis da empresa vencedora têm vindo regularmente a estabelecer contactos para acertarem pormenores. Informou, depois, que o Município tem ainda que transferir verbas para aumentar o capital da empresa, uma vez que a Caixa Geral de Depósitos ainda não disponibilizou uma tranche do montante. Disse, também, que para a venda do Hotel terão de reunir com todos os credores (Turismo, CGD e CCA), e com o grupo vencedor, de forma a amortizar o passivo. Informou, depois, os Deputados Municipais que conta ter o processo de venda do Hotel & SPA concluído até ao final do ano, o que irá permitir à Autarquia diminuir a dívida em um milhão e seiscentos mil euros. Disse, também, que será garantido o investimento no empreendimento, nomeadamente a criação de um salão de eventos e o aumento do número de quartos. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Relativamente ao pavilhão da “Mecapisa” disse que o Município não se comprometeu a fazer as obras envolventes. O cercado e o melhoramento do acesso é por conta do comprador. A única coisa que a Câmara se comprometeu fazer, disse, foi certificar as instalações eléctricas do interior do pavilhão e ampliar a zona industrial, através do movimento de terras, para se poder colocar a luz e água em todos os lotes que já se venderam. Essa obra de ampliação já vem do antigo Executivo, só que ainda não tinha sido infraestruturada, pelo que agora se está a fazer esses melhoramentos, para os investidores poderem construírem. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio respondeu à Senhora Presidente da Câmara que o pedido da documentação referente ao pavilhão da “Mecapisa” vem no seguimento de um compromisso, no qual o Executivo, ao vender o pavilhão, teria de fazer melhoramentos exteriores à infraestrutura, para que a empresa pudesse assumir a compra. -----

----- O Senhor Vice-presidente da Câmara, Eduardo Tavares, solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e explicou aos Senhores Deputados que o pavilhão da “Mecapisa” foi implantado numa zona de expansão da zona industrial onde as obras necessárias ainda hoje não se encontram acabadas. Quando o Executivo vendeu o pavilhão implantado num lote com cerca de 7300 m², parte desse lote nem sequer tinha aterro, pelo que é evidente que a Câmara Municipal teve de assumir o término desse aterro. Disse que as instalações eléctricas não estavam certificadas e foi o que fizeram, certificar, através da Certiel, as instalações eléctricas, para a empresa poder laborar. Referiu que a empresa Mecapisa quando esteve a laborar no pavilhão, alterou completamente o projeto elétrico, pelo que a Câmara teve que regularizar essa situação. Disse, depois, que fizeram algumas obras na zona industrial no âmbito do seu alargamento, designadamente, o reforço do Posto de Transformação (PT) existente, que irá servir todos os lotes da zona industrial, a continuação do aterro e um arruamento. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e disse que a cerca e o piso no interior do lote é um investimento do comprador e não da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra e disse que o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra sem o devido consentimento da Mesa. Disse, ainda, que relativamente à não tomada de posse pelos eleitos Amadeu Salgueiro e Aberto Saldanha, a não apresentação de justificação das respetivas ausências, os impediriam de tomar posse, tendo em conta o consignado no n.º 5 do art.º 6.º do Regimento da Assembleia Municipal: *“a falta de eleito local no ato de instalação do órgão não justificado por escrito no prazo de trinta dias, ou considerado injustificada, equivale a renúncia de pleno direito”*. -----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 28/11/2013, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra tecer algumas considerações relativamente à informação acima referida. Começou por dizer que no que respeita à Cultura e Turismo decorreram algumas exposições, chamando particularmente a atenção para a exposição fotográfica intitulada “ A representação da Lenda dos Cavaleiros das Esporas

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Douradas”. Enumerou alguns espetáculos que decorreram na Casa da Cultura, pedindo um maior empenho aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para que divulgassem mais os eventos culturais pela população, de forma a esta poder participar mais nesses eventos, uma vez que é uma área com bastante interesse e investimento. Apontou ainda algumas viagens de turismo religioso que decorreram no concelho. Referiu, depois, que é intenção da Câmara promover outros produtos locais, para além da cereja, como é o caso da castanha, pois sendo um fruto rentável para os agricultores, é merecedor de um evento (feira), com diversas vertentes para dinamizar e publicitar este fruto, que se realizará numa aldeia da Serra de Bornes, nomeadamente, Sambade, Soeima ou Gebelim. -----

----- Relativamente à Divisão Administrativa a Senhora Presidente referiu que esta Divisão preparou o Mapa de Pessoal para 2014, o Organograma dos Serviços Municipais, bem como o respetivo Regulamento Interno. -----

----- No que diz respeito à Divisão Financeira a Senhora Presidente referiu-se ao Programa de Reequilíbrio Financeiro e ao PAEL, uma vez que ainda não receberam todo o dinheiro, estando previsto terminar só no próximo ano, porque uma das tranches do PAEL só é libertada mediante a aprovação do Plano e Orçamento, para 2014. -----

----- Quanto à Divisão de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural, falou que continuam a executar-se ações em parceria com a DECO, através do gabinete de apoio ao sobreendividado, cuja existência vem na sequência de um protocolo celebrado entre a DECO e a AMTQT, que permitiu a que todas as Câmaras que integram a AMTQT possuam um gabinete que preste esse serviço de auxílio a pessoas que tenham muitas dívidas e que não as consigam pagar. Disse, também, que continuam a apoiar a Habitação Social com pequenas obras e arranjos. Enumerou, depois, algumas atividades desportivas realizadas, destinadas às camadas mais jovens da população do concelho, com uma componente bastante social, uma vez que chegaram a visitar algumas escolas de desporto na zona do Porto, entre elas a DragonForce, que é uma escola onde os jovens só treinam e jogam futebol mediante o bom aproveitamento escolar e o bom comportamento. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara continuou a sua intervenção referindo-se à Divisão de Urbanismo, dizendo que é uma Divisão que está muito bem organizada, monitorizando todas suas atividades. Referiu, que o Arq. Rui Gonçalves é o Chefe da Divisão e o Gestor da Qualidade do Município, realçando a sua capacidade de organização. -----

----- Relativamente à Divisão de Obras Municipais apontou alguns trabalhos realizados de obras por administração direta e a colaboração com a área social, no que respeita às candidaturas ao FSAH. Apontou, depois, alguns protocolos, estabelecidos com as Juntas de Freguesia e as obras por empreitada, salientando o PRU, que se encontra na fase de acabamento e correção de algumas situações que não ficaram bem feitas, e a estrada municipal dos Colmeais cuja fase de pintura da estrada (marcações) só será executada na primavera, por questões meteorológicas. Informou ainda os Deputados, que apresentaram quatro candidaturas a serem aprovadas com os dinheiros que sobraram dos Fundos Comunitários, nomeadamente, a recuperação do património (Torre do Relógio e zona envolvente), permitindo ainda um estudo aprofundado sobre a Torre do Relógio relativamente à sua história, arquitetura e arqueologia, uma candidatura para a zona envolvente da Igreja Matriz de Sambade, que irá permitir valorizar o centro histórico da aldeia, uma vez que já existe uma candidatura de Sambade a “Aldeia Tecnológica”, o que permitirá a sua entrada numa rede de Aldeias Turísticas, contribuindo assim para o aumento do número de visitantes. Com estas medidas, disse, há muitos particulares que estão a investir em Sambade, nomeadamente na recuperação de imóveis para turismo de habitação, e uma cozinha regional, relativamente à qual, o Município prestou apoio ao seu licenciamento. Disse, depois, que foi objeto de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

candidatura o Centro Ambiental dos Vilares da Vilarça, que tem em vista a recuperação do património ambiental e religioso. -----

----- Disse, depois, que relativamente à evolução dos Recursos Humanos do Município tem-se, nos últimos anos, vindo a diminuir ao pessoal. No entanto, presentemente, devido ao processo de internalização de doze trabalhadores da EDEAF para o Município, o número de trabalhadores da autarquia aumentou para os 158, referindo, depois, que os custos com o pagamento de salários não aumentou, uma vez que o Município já pagava estes salários quando trabalhavam na EDEAF. Disse, ainda, que este processo decorre da Lei e que, futuramente, vão ter de ser promovidos procedimentos concursais, para regularizar as situações. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e comentou que existe de facto um trabalho muito importante no âmbito da ação social, cultura e desporto. Disse, ainda, que a Associação Recreativa Alfundeguense deve ser privilegiada na área desportiva, realçando a importância da prática desportiva nos mais jovens, como fator de desenvolvimento pessoal, reforçando a importância do desporto como caminho para alcançar outros objetivos nomeadamente nos estudos, há semelhança do que existe na marca do FC Porto – DragonForce. -----

----- Continuou a sua intervenção e questionou o Executivo sobre uma dúvida relativa à candidatura de Sambade aos Fundos Comunitários, nomeadamente, o que vai ser feito à estrada nacional 315 que atravessa o centro da aldeia. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Luís Terêncio, dizendo que se vai retirar o alcatrão da estrada e colocar paralelo de forma a harmonizar todo o centro da aldeia. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes solicitou a palavra e referiu que o projeto inicial da estrada nacional que liga Alfândega da Fé a Macedo de Cavaleiros passava pelos Vales, pelo que, qualquer mudança ao projeto inicial é bem vinda. Disse, depois, que gostava de enaltecer as ajudas da Câmara Municipal, nomeadamente, o apoio social prestado à população em geral e especialmente aos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé. -----

2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2014;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e teceu alguns comentários sobre a política económica do Governo em relação aos orçamentos municipais, principalmente dos pequenos Municípios, e aos constantes cortes das transferências do Estado para os Municípios. As receitas dos Municípios são as transferências do Estado, e os impostos municipais (IMI, IMT, derrama, taxas, licenças, coimas). Disse, depois, que com a nova Lei das Finanças Locais, que entra em vigor em 2014, vão aumentar os cortes das transferências do Estado para os municípios e vão ficar sem a receita dos impostos (IMT e Derrama), o que vai prejudicar muito os orçamentos municipais. Disse, também, que a Câmara Municipal já fica com uma percentagem muito pequena sobre o IRS e o IVA, e no caso concreto do Município de Alfândega da Fé, em dois mil e dez existiu uma redução de duzentos e trinta e um mil euros, em dois mil e onze o corte já ia em quinhentos e vinte e três mil euros, em dois mil e doze a redução acumulada ia nos oitocentos mil euros, em dois mil e treze o corte foi menor, mas para dois mil e catorze voltaram a cortar mais duzentos mil euros. Informou, ainda, que quando entrou para o Município, este tinha em transferências do Estado o valor de seis milhões e vinte e cinco mil euros, e este ano vai ser apenas de cinco milhões e sessenta e cinco mil euros, ou seja, uma redução de cerca de um milhão de euros. -----

----- Continuou a sua explicação e disse que a única esperança é o fim desta política austera, porque desta forma deixam de existir como Município. Relembrou ainda as reformas previstas pelo Estado, que é a agregação dos Municípios, uma vez que o Governo asfixia de tal forma os pequenos municípios, que dependem essencialmente das transferências

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

do Estado, que vão acabar por ter de se agregar. O Princípio do Equilíbrio Orçamental implementado pelo Governo, no qual os municípios teriam de ter mais receitas de capital do que despesas correntes, tornava muito difícil aos Municípios cumprirem, pelo que tiveram de ser alteradas as percentagens das transferências do Estado, passando de 60% para os 80% em despesas correntes, e de 40 % para os 20% em receitas de capital, o que permitiu ao nosso Município cumprir o Princípio do Equilíbrio Orçamental. Continuou, dizendo, que os 20% de receitas de capital equivalem a quatrocentos mil euros para o investimento, ou seja, o Governo não quer que os Municípios invistam, pois vem aí o novo Quadro Comunitário e, se os Municípios não tiverem dinheiro para investir, não vale a pena fazer candidaturas, porque a parte não comparticipada das candidaturas tem de ser suportada pelo Município. -----

----- Continuou a sua intervenção e informou os Deputados Municipais que os maiores encargos do Município são o pessoal e o serviço da dívida, ou seja, o que pagamos aos bancos pela dívida herdada. Explicou, depois, que estão a ser retiradas receitas ao Município para o Poder Central, devido ao pagamento de um dos subsídios e o aumento do IRS, que poderia ficar nos cofres do Município, mas teve que ser entregue ao Governo. Disse, ainda, que existiu um aumento do pagamento do Município à CGA e à Segurança Social sobre os rendimentos dos trabalhadores o que levou a que de dois mil e doze para dois mil e treze, embora tenha diminuído ao número de trabalhadores, e não tenha havido aumentos salariais, a Câmara Municipal aumentar as despesas com o pessoal, em cerca de trezentos mil euros. O Governo, por um lado diminui às transferências do Estado, por outro lado, aumenta os impostos e os encargos a suportar. -----

----- Continuou a sua intervenção e explicou aos Deputados Municipais que a grande parte das despesas do Município é com os salários do pessoal, estando para o ano de dois mil e catorze previstos gastos na ordem dos dois milhões e oitocentos e noventa e três mil euros e na aquisição de bens e serviços, com um gasto de cerca de dois milhões e meio de euros, correspondendo a maioria do valor ao pagamento da água e saneamento, resíduos sólidos e educação. Disse, depois, que o pagamento da dívida é bastante elevado, estando previsto o pagamento de um milhão e novecentos e sessenta mil euros para dois mil e catorze, realçando que o valor dos juros dos empréstimos bancários era muito alto, cifrando-se nos 5,75%. A nova Lei das Finanças Locais, disse, prevê um mecanismo, que é um fundo de apoio às Câmara Municipais endividadas, que irá permitir reduzir os juros para metade. Referiu, também, que de acordo com o PPI (Plano Plurianual de Investimentos), o investimento para dois mil e catorze vai ser superior a um milhão e seiscentos mil euros, dividido por cerca de quatrocentos e quarenta mil euros do Município e mais de um milhão do Quadro Comunitário, no qual estão contabilizadas as candidaturas apresentadas. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e referiu que compreendia os valores assumidos para o Orçamento Municipal para dois mil e catorze mediante os cortes das transferências de Estado e de toda a conjuntura económico-social. Disse, ainda, que o Executivo assumia com o documento apresentado compromissos como o Rigor, Eficiência, Equidade, Transparência, Inovação, Responsabilidade e Competência, alertando que eram compromissos muito sérios e que iriam estar muito atentos ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Executivo. Referiu, depois, que a intenção de voto da sua bancada seria a abstenção. -----

----- Continuou a sua intervenção, e questionou o Executivo sobre se as atividades planeadas solicitadas às Juntas de Freguesia estavam englobadas no Plano Plurianual de Investimento, uma vez que não tiveram acesso à documentação da reunião ordinária de Câmara Municipal, realizada no dia onze de novembro de dois mil e treze, onde estariam apenas protocolos, os quais não estão anexos agora ao PPI. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Luís Terêncio referindo que os protocolos estão no PAM, e que é intenção dar prioridade aos protocolos assinados com as Juntas de Freguesia que tiveram menos investimentos nos últimos quatro anos, nomeadamente, Valpereiro, Vilarelhos, Cerejais, Pombal, Parada e Valverde. Disse, ainda, que pretende candidatar futuramente a Capela de Jerusalém no âmbito do projecto Rota da Fé. Disse, depois, que o Plano de Saneamento Financeiro não foi cumprido por dois motivos, os constantes cortes das transferências do Estado e o aparecimento de dívida não registada. Disse, ainda, que no ano de dois mil e catorze vão ter de pagar uma dívida à Empresa Casais, no valor de mais de seiscentos mil euros, dum processo que estava em Tribunal, referente à obra do Centro de Formação Desportiva. -----

----- O Deputado Carlos Manuel Pousado solicitou a palavra e cumprimentou todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que esteve muito atento às explicações dadas pela Senhora Presidente, mas que, contudo, questionava o Executivo sobre a questão do IRS, dizendo que com o aumento das taxas de retenção na fonte e com a sobretaxa de IRS, as despesas com os vencimentos do pessoal, para o Município mantêm-se, o trabalhador é que recebe menos vencimento, mas as contas para o POCAL mantêm-se. Se o aumento se verificar na contribuição do Município para a Segurança Social dos vencimentos dos trabalhadores, disse, a questão é diferente. Agora em termos de IRS quem recebe menos é o trabalhador, pois as despesas para o Município mantêm-se iguais. Comentou, depois, que não percebia o porquê de o Município usar o POCAL e não o sistema de normalização contabilística já implementado nas IPSS, pelo que sugeriu que o Município aderisse aquele sistema contabilístico. Disse, depois, que não tinha nenhuma dúvida sobre o documento que sustenta o Orçamento do Município para o ano de dois mil e catorze, chamando no entanto à atenção para o mapa resumo das receitas de capital e para um montante que não batia certo, no valor de dois mil e setecentos euros, pelo que reportava para o mapa na página 8/17 do documento, onde lhe suscitou dúvidas o valor de dois mil e setecentos mil euros. Sugeriu, depois, que somassem as casas decimais nos diferentes mapas para se obter um valor mais exacto, indicando o valor de dois mil e setecentos euros, como um montante que provavelmente teria a ver com os acertos das casas decimais. Apelou, depois, ao Executivo, que não se esqueçam de investir mais na União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara remeteu as respostas mais técnicas do documento de Orçamento Municipal para 2014, à Dr.ª Carla Victor Chefe da Divisão Financeira. Disse, depois, que em relação ao não esquecimento de investimento para a União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra, não tem essa ideia, de que haja esquecimento, enumerando alguns investimentos futuros, nomeadamente, os problemas da água e a concretização de um projecto turístico que se chamará ou “Rota do Sabor” ou “Rota da Serra da Gouveia”, aproveitando um caminho existente entre a Cabreira e os Picões, que acompanha a albufeira do Sabor durante vários quilómetros, procedendo ao arranjo do caminho e construindo um miradouro. Disse, ainda, que tem intenção de transformar a escola dos Picões num centro interpretativo da rota, e fazer ainda um espaço museológico com o material que foi retirado da Quinta Branca. -----

----- A Dr.ª Carla Victor, Chefe da DF, usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e explicou ao Deputado Carlos Manuel Pousado, que o valor de dois mil e setecentos euros resultou de só estarem a trabalhar com uma casa decimal. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Carlos Manuel Pousada comentou que o valor era muito pequeno mas não o tinha percebido. Disse, ainda, que tinha percebido que esse valor advinha de um pagamento indevido que teria de ser reposto em dois mil e catorze. Questionou, depois, se existe mais algum valor pendente, para além dos dois mil e setecentos euros referidos, tendo a Dr.ª Carla Victor respondido que também tem reposições não abatidas de anos anteriores, de trabalhadores que estão a fazer reposições mensalmente. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Manuel Pousado concordou, referindo estar correto que os pagamentos indevidos do ano dois mil e treze, sejam repostos no ano de dois mil e catorze, questionando depois se o valor de dois mil e setecentos euros são receitas de capital. A Dr.ª Carla Victor respondeu que não, o valor estava incluído em outras receitas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou a Dr.ª Carla Victor sobre o porquê de nas autarquias ainda se usar a aplicação informática POCAL e nas IPSS o sistema de normalização contabilística, como foi referido pelo Deputado Carlos Manuel Pousado. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Manuel Pousado usou da palavra e disse que questionou o Executivo sobre essa questão, por mera curiosidade, uma vez que o sistema de normalização contabilístico é implementado nas instituições consoante as suas especificidades. -----

----- A Dr.ª Carla Victor respondeu ao Deputado Carlos Manuel Pousado, dizendo que não lhe parecia isso possível. Disse, ainda, que no Município trabalham com três contabilidades: a orçamental, a patrimonial, e a analítica. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto dois**, tendo sido deliberado, **por maioria** dos vinte e três Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, dos Deputados Municipais, Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra, António Pacheco, Carlos Pousado, Horácio Pinto e Pedro Morgado, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2014. -----

3. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO FIXADO NA LEI N.º2/2007, DE 15 DE JANEIRO, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, DURANTE A VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO PARA 2014;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que esta questão é colocada todos os anos com a aprovação do plano e Orçamento e visa obter autorização da assembleia Municipal para a contração de empréstimos para ocorrer a dificuldades de tesouraria se necessário. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto três**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Pedido de autorização da Câmara Municipal para contração de empréstimo a curto prazo até ao montante máximo fixado na Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, durante a vigência do Orçamento para 2014. -----

4. AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA MUNICIPAL ASSUMIR COMPROMISSOS DE QUE RESULTEM ENCARGOS FINANCEIROS REPARTIDOS, POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS, EM CONFORMIDADE COM AS OPÇÕES DO PLANO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais que ao aprovarem o ponto dois da ordem do dia, automaticamente aprovaram esta autorização de despesas de mais do que um ano económico, só que há necessidade de ser votado à parte. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

-----Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto quatro**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a autorização para a Câmara Municipal assumir compromissos de que resultem encargos financeiros repartidos, por vários anos económicos, em conformidade com as Opções do Plano. -----

5. APROVAÇÃO DOS MONTANTES TOTAIS DAS RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais, que era uma situação semelhante à do ponto anterior, uma vez aprovado o orçamento para 2014, onde estão englobadas todas as receitas e despesas por natureza económica. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto cinco**, tendo sido deliberado, **por maioria** dos vinte e três Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, dos Deputados Municipais Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra, António Pacheco, Carlos Pousado, Horácio Pinto e Pedro Morgado, aprovar os montantes totais das receitas e despesas por natureza económica. -

6. SUSPENSÃO PROVISÓRIA DA COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS QUE RESPEITEM A LICENÇAS COM CARÁTER PRECÁRIO (ESPLANADAS, PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA), AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART. 21º-A DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra referindo que esta suspensão provisória da cobrança de taxas municipais, tem como objetivo apoiar o comércio local, uma vez que estamos perante uma situação de crise. Disse, ainda, que para o município não representa um valor significativo em termos de receitas, mas para os comerciantes é uma ajuda, pois as pessoas não consomem tanto devido à redução do poder de compra. Disse, depois, que esta ajuda vai manter-se por um período de dois anos. -----

----- O Deputado Luís Terêncio usou da palavra e informou os Deputados Municipais que concordavam com a iniciativa da Câmara Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

7. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que foram obrigados a alterar a estrutura orgânica do município. Disse, ainda, que a Lei que motivou esta alteração, obrigou à diminuição do número de chefias em função do número de habitantes, e que esta alteração visa, essencialmente, adaptar a estrutura orgânica aos requisitos e imposições da nova Lei. Disse, depois, que anteriormente tinha uma proposta diferente desta, que contemplava três chefias de segundo grau e não tínhamos nenhuma chefia intermédia de terceiro grau. Isso originou a junção da Divisão de Urbanismo e a Divisão de Obras Municipais, a junção da Divisão Administrativa com a Divisão Financeira, que se mantém, e a DDESC tinha uma chefia intermédia de 2º grau. Explicou, depois, que a Divisão de Urbanismo e a Divisão de Obras Municipais originava uma divisão muito grande e poderia criar alguns problemas. Assim, reformulou-se a proposta dentro das limitações legais, separou-se a DU e a DOM, manteve-se a junção da DA com a DF, dando origem a três dirigentes intermédios de 2º grau e a DDESC com uma chefia intermédia de 3º grau. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e disse que compreendia as explicações da Senhora Presidente da Câmara, uma vez que a Lei assim o determina, sendo no entanto um documento da responsabilidade do Executivo.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Questionou, depois, o Executivo sobre qual o número de Coordenadores Técnicos existentes no serviço com a antiga estrutura orgânica e quantos vão existir com a nova estrutura orgânica do Município. Questionou, de seguida quais seriam os reais custos que a nova estrutura vai permitir poupar ao Município. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e questionou o Executivo sobre a sigla da Divisão de Urbanismo, se era DAOT ou DUAOT. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Presidente da Mesa que sim faltava o U (Urbanismo), mas que na futura estrutura não se irá designar assim, mas só Divisão de Urbanismo e Ambiente, e a Divisão de Obras Municipais (DOM) passará a designar-se Divisão de Obras (DO), e a Divisão de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural (DDESC) passará a designar-se DESC. Respondeu, depois, ao Deputado Luís Terêncio, que o número de Coordenadores Técnicos manter-se-á, e a poupança será os vencimentos de dois chefes de divisão o que se traduz numa poupança de mil euros mensais. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto sete**, tendo sido deliberado, **por maioria** dos vinte e três Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, dos Deputados Municipais Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra, António Pacheco, Carlos Pousado, Horácio Pinto e Pedro Morgado, aprovar a presente Proposta de Alteração à Estrutura Orgânica do Município. --

8. REGULAMENTO INTERNO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ACORDO COM A NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados que é somente a descrição da estrutura orgânica do Município. -----

----- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto oito**, tendo sido deliberado, **por maioria** dos vinte e três Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, dos Deputados Municipais, Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra, António Pacheco, Carlos Pousado, Horácio Pinto e Pedro Morgado, aprovar o presente Regulamento Interno dos Serviços Municipais de acordo com a nova Estrutura Orgânica. -----

9. APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2014;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados que os mapas de pessoal colocam as pessoas nos diversos locais de trabalho, com as características inerentes à função desse posto de trabalho. Disse, depois, que existiam dois mapas de pessoal, uma vez que a Chefe de Divisão da DOM, só termina a sua comissão de serviço em abril de dois mil e catorze, e por isso optou-se por não parar as comissões de serviço e deixa-las ir até ao fim. Explicou, ainda, que um mapa tem a DOM até terminar a comissão de serviço da sua dirigente, e o outro mapa para quando terminar essa comissão de serviço, encontrando-se devidamente elaborado de acordo com a nova estrutura orgânica do Município. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e questionou o Executivo sobre a criação de dois novos lugares, tendo a Senhora Presidente da Câmara explicado que não existe a criação de novos lugares. O que pode acontecer, disse, é estar incluído no mapa de pessoal, a internalização dos trabalhadores da empresa EDEAF. Pode também acontecer, que quando vai terminar um contrato de trabalho a termo resolutivo certo, existir uma sobreposição para contrato de trabalho por tempo indeterminado, uma vez que só se pode abrir procedimento concursal se constar no mapa de pessoal essa possibilidade. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto nove**, tendo sido deliberado, **por maioria** dos vinte e três Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, dos Deputados Municipais Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra, António Pacheco, Carlos Pousado, Horácio Pinto e Pedro Morgado, aprovar os Mapas de Pessoal do Município para 2014. -----

10. APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ART.º6º DA LEI N.º8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;

----- Relativamente ao assunto supra citado, a Dr.ª Carla Victor, Chefe da DF, usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que a Lei dos Compromissos obriga a que tudo o que seja plurianual, seja autorizado pela Assembleia Municipal. Disse, ainda, que a lei permite que seja aprovada antecipadamente pela Assembleia Municipal a autorização genérica para a Câmara Municipal fazer despesas plurianuais até cem mil euros. Continuando, referiu, que é nesse âmbito que se encontra para aprovação a autorização genérica da Assembleia Municipal, para a Câmara Municipal se necessário efetuar despesas até cem mil euros, sempre com o devido conhecimento da Assembleia Municipal. -----

----- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto dez**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da assembleia Municipal – prevista no art.º6º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro. -----

11. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – FEVEREIRO 2013 – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que embora presentemente se esteja a trabalhar com o Plano de Reequilíbrio Financeiro e com o PAEL, há ainda necessidade de elaborar dois relatórios relativamente ao acompanhamento do PSF nomeadamente, nos meses de fevereiro e no mês de agosto. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- *Não é possível reproduzir eventuais intervenções referentes aos pontos 12 a 23 da ordem de trabalhos, pelo facto de o Cd que deveria conter a respetiva gravação, se encontrar danificado “queimado”, pelo que nestes pontos apenas se fará referência às deliberações tomadas.* -----

12. APROVAÇÃO DA 3ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Engº Eduardo Tavares, prestou esclarecimentos sobre as diferentes alterações do regulamento da Urbanização e da Edificação do Município. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto doze**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, a aprovação da 3ª alteração do Regulamento da Urbanização e da Edificação do Município de Alfândega da Fé. -----

13. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE;

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto treze**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade. -----

14. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO MERCADO MUNICIPAL;

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos sobre as alterações ao Regulamento Municipal do Mercado Municipal propostas. -----

----- Intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Luís Miguel Terêncio, para informar que ia votar contra; -----

----- O Senhor Deputado Mário Telmo Legoinha, para reforçar a opinião do executivo de que os concessionários das lojas do mercado não iriam investir em locais que não fossem deles; -----

----- O Senhor Deputado António José Pacheco, para defender a ideia de que a venda das lojas não iria baixar as despesas da Câmara Municipal e que não se deve vender mas sim atualizar as rendas das lojas do mercado municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Nuno Maria Miranda, nos termos do artº.33 nº3 do Regimento da Assembleia Municipal, interveio na qualidade de membro da Assembleia para referir diversas razões para, na sua opinião, não se efetuar a venda das lojas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto catorze**, tendo sido deliberado, **por maioria** dos vinte e três Deputados presentes, com doze votos a favor, dez votos contra dos Deputados Nuno Maria Abreu Miranda, Maria Teresa Pimenta Paçô, Maria Manuel Silva, Luís Miguel Terêncio, Susana Filipa Guerra, Iolanda Cristina Neves, António José Pacheco, Carlos Manuel Pousado, Horácio Alberto Pinto e Pedro Miguel Morgado e uma abstenção da Deputada Domitila Branco, aprovar a presente alteração do Regulamento Municipal do Mercado Municipal. -----

15. APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – CIM-TTM;

----- Não houve intervenções. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto quinze**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ao aprovar os estatutos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes – CIM – TTM. -----

16. ELEIÇÃO DE DOIS MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES (CIM-TTM);

----- Foram formadas duas listas. A lista A, da bancada do PS, constituída pelos deputados Orlando Borges e Telmo Legoinha, e a lista B, da bancada do PSD-CDS-PP, formada pelos deputados Susana Filipa Guerra e Luís Miguel Terêncio. --

----- Observado o escrutínio secreto, verificou-se os seguintes resultados: -----

----- Lista A: 16 votos -----

----- Lista B: 7 votos -----

----- Membros eleitos: Orlando Borges e Telmo Legoinha. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

17. MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ARA – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ALFANDEGUENSE, NO ÂMBITO DO APOIO FINANCEIRO PARA 2013-2014 – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 6º, N.º 1, C) DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E ARTº 12º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO;

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto dezassete**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, autorizar a Câmara a celebrar um contrato-programa com a ARA – Associação Recreativa Alfandeguense, nos termos da presente minuta. -----

18. ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL;

----- Foram formadas duas listas. A lista A, da bancada do PS, constituída pelo deputado Nelson Artur Castilho e a Lista B, da bancada do PSD-CDS-PP/CDS-PP, formada pelo deputado Carlos Manuel Pousado. -----

----- Observado o escrutínio secreto, verificou-se os seguintes resultados: -----

----- Lista A: 16 votos -----

----- Lista B: 7 votos -----

Membro eleito: Nelson Artur Castilho. -----

19. DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO OU GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES REPRESENTADOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTº 3º DO RESPECTIVO REGULAMENTO;

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, foram designados os seguintes membros: -----

----- Pelo PS: Efetivo: Maria Manuel Silva; Substituto: Mário Telmo Legoinha. -----

----- Pela coligação PSD-CDS-PP/CDS-PP: Efetivo: Susana Filipa Guerra; Substituto: Carlos Manuel Pousado. -----

20. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO, TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) QUE, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA DESTE CONCELHO, PARTICIPARÁ NOS CONGRESSOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS DE PORTUGUESES;

----- Foram formadas duas listas. A lista A, da bancada do PS, constituída pelos deputados Virgílio Amaro e Eduardo Morais Almendra, e a lista B, da bancada do PSD-CDS-PP, formada pelos deputados Pedro Miguel Morgado e Horácio Pinto. -----

----- Observado o escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados: -----

----- Lista A: 15 votos -----

----- Lista B: 8 votos -----

----- Membros eleitos: Efetivo: Virgílio Amaro e Substituto: Eduardo Morais Almendra. -----

21. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS;

----- Foram formadas duas listas. A lista A, da bancada do PS, constituída pelos deputados Ricardo Pimentel e Hélio Aires, e a lista B, da bancada do PSD-CDS-PP, formada pelos deputados Carlos Manuel Pousado e Pedro Miguel Morgado.

----- Observado o escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados: -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Lista A: 16 votos -----

----- Lista B: 7 votos -----

----- Membros eleitos: Efetivo: Ricardo Pimentel; Substituto: Hélio Aires. -----

22. PROPOSTA DA 4ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ;

----- Não houve intervenções. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto vinte e dois**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a Proposta da 4ª alteração do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Alfândega da Fé. -----

23. PROPOSTA REGULAMENTO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL E PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DE COIMAS;

----- Não houve intervenções. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto vinte e três**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Regulamento dos Processos de Execução Fiscal e Procedimentos de Execução de Coimas. -----

24. PROPOSTA DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE SISTEMA DE CONTROLO INTERNO.

----- Relativamente ao assunto supra mencionado, usou da palavra a Chefe da Divisão Financeira, Dr.ª Carla Víctor, esclarecendo aos Deputados Municipais que para além de ter de se adaptar o sistema às novas Leis, é imposição do PAEL atualizar todos os regulamentos que estejam desatualizados. -----

----- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto vinte e quatro**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a Primeira Alteração ao Regulamento de Sistema de Controlo Interno. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não existiram inscrições por parte do público. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)